



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.002/2022

CONCORRÊNCIA Nº 001/2022

Em 21 de fevereiro de 2022.

PROCESSO/MJS/RN nº 117.002/2022

I - O MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38, com sede na Rua Otávio Lamartine, nº 423, Centro, **torna público por meio de seu Presidente da CPL**, designado pela **Portaria nº 303/2021**, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Lei nº 8.987/1995 fará realizar licitação na modalidade de **Concorrência**, do tipo **maior oferta**, adjudicação **por item**, visando a **Concessão onerosa de uso de espaços públicos destinados à exploração de quiosques, para a comercialização de bebidas, alimentos e derivados, no município de Jardim do Seridó/RN**, mediante as **Condições** estabelecidas neste **Edital** e em seus **Anexos**.

II - DO RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO” e “PROPOSTA”

Até às 08h:00min horas, do dia 28 de março de 2022, no endereço: Centro Cultural de Múltiplo Uso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”, à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, para entrega dos Envelopes nº 01, com os documentos de habilitação, e nº 02, com a proposta.

No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a esta **CONCORRÊNCIA**, com respeito a:

- Recebimento dos envelopes **Documentação e Propostas**;
- Abertura dos envelopes **Documentação**;
- Devolução dos envelopes **Proposta** às **licitantes** inabilitadas;
- Abertura dos envelopes **Proposta** das licitantes habilitadas.

As decisões da **Comissão Permanente de Licitação** serão comunicadas mediante publicação no **Diário Oficial dos Municípios - FEMURN**, salvo com referência àquelas que puderam ser comunicadas diretamente, mediante ofício, as licitantes, principalmente, quanto a:

- Habilitação ou inabilitação da **licitante**;
- Julgamento das propostas;
- Resultado de recurso porventura interposto;
- Resultado de julgamento desta **Concorrência**.

A solicitação de esclarecimento de dúvida a respeito de **Condições** deste Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverá ser efetuada pelos interessados em participar do certame, **até o 3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório, para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes **Documentação e Proposta**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

III – DAS CONDIÇÕES

01- DO OBJETO

1.1- A presente licitação tem como objeto a **Concessão onerosa de uso de espaços público, destinado a exploração de quiosque para comercialização de alimentos, bebidas e derivados no município de Jardim do Seridó/RN.**

02- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1- Poderão participar desta **Concorrência** quaisquer **licitantes: pessoas físicas e jurídicas**, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital.

2.2- No entanto, não poderão concorrer nesta **Concorrência**, por razões de interesse público pessoas que:

2.2.1. Mantenham qualquer vínculo empregatício com o **Município de Jardim do Seridó/RN**; e ou de qualquer outro órgão da Administração Pública, Federal, Estadual e ou Municipal;

2.2.2. Estejam impedidas ou suspensas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, estadual ou Municipal, e que, por estas, tenham sido declaradas inidôneas.

2.2.3. **Pessoa Física ou Jurídica, proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel comercial localizado no Município de Jardim do Seridó – RN.**

03- DO PROCEDIMENTO

3.1- A **licitante** deverá entregar, impreterivelmente, os envelopes **Documentação** e **Proposta** no dia, horário e local já fixados no preâmbulo.

3.2- Não será aceita, em nenhuma hipótese, a participação de **licitante** retardatária, a não ser como ouvinte.

3.4- Uma vez iniciada a abertura dos envelopes **Documentação** e **Proposta**, não será permitida qualquer retificação que possa influir no resultado final desta **Concorrência**.

3.5- Na primeira sessão, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos, na presença dos interessados, pela Comissão Permanente de Licitação, que fará a conferência e dará vista da documentação, que deverá ser rubricada pelos **licitantes** presentes.

3.6- Abertos os envelopes **Documentação**, a **Comissão Permanente de Licitação**, a seu Juízo exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome das habilitadas e das inhabilitadas.

3.7- Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a **Comissão** decidirá sobre a habilitação de cada licitante. Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, serão as mesmas consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em **sessão convocada previamente**, ou mediante publicação no **Diário Oficial dos Municípios – FEMURN e Site da prefeitura Municipal**.

3.8- Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela **Comissão Permanente de Licitação** para abertura dos envelopes **Proposta**.

3.9- As **licitantes** serão convocadas a comparecerem, ficando os envelopes contendo as referidas **Propostas** sob a guarda da **Comissão Permanente de Licitação**, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes das licitantes presentes.

3.10- Após a abertura dos envelopes **Documentação**, os demais, contendo as propostas, serão abertos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

- 3.10.1- Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as **licitantes** ao direito de interposição de recurso; ou
- 3.10.2- após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
- 3.10.3- após dado o conhecimento do deferimento ou indeferimento do recurso interposto.
- 3.11- A abertura dos envelopes **Documentação** e **Proposta** será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da **Comissão Permanente de Licitação**, consignando, se for o caso, os registros efetuados pelos licitantes presentes.
- 3.12- Consideradas as ressalvas contidas neste **Edital**, qualquer reclamação deverá ser feita no ato da reunião pelos **licitantes** presentes; e a inabilitação da **licitante** importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.
- 3.13- Todos os documentos e igualmente as propostas serão rubricados pelos membros da **Comissão Permanente de Licitação** e pelos **licitantes** presentes à sessão.
- 3.14- Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela **Comissão Permanente de Licitação**.
- 3.15- Ultrapassada a fase de habilitação dos **licitantes** e abertos os envelopes **Proposta**, não caberá desclassificar as propostas de preços por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecido após o julgamento.
- 3.16- É facultada à **Comissão Permanente de Licitação** ou à autoridade superior, em qualquer fase desta **Concorrência**, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originalmente da documentação e das propostas.
- 3.17- Os envelopes contendo as propostas de preço das **licitantes inabilitadas** ficarão à disposição dos mesmos pelo período de **dez (10) dias**, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos pela **Comissão Permanente de Licitação**.

04- DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. No local, data e hora indicados no preâmbulo deste Edital, antes do recebimento dos envelopes de Habilitação e Propostas, será realizado o credenciamento dos licitantes, se pessoas físicas, e de seus representantes se pessoas jurídicas, mediante apresentação de documentação que comprove esta situação, conforme abaixo:

4.1.1. Tratando-se de representante legal de empresa licitante: o Certificado de Microempreendedor Individual – MEI; Requerimento do Empresário; ou estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e **documento oficial de identificação;**

4.1.2. Tratando-se de procurador de empresa licitante: Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, do qual constem **poderes** para representar o licitante podendo impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, **acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 4.1.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga, e documento oficial de identificação do procurador;**

4.1.3. Tratando-se de licitante pessoa física: documento oficial de identificação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

4.1.4. Tratando-se de procurador de licitante pessoa física: Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, do qual constem **poderes** para representar o licitante podendo impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, **acompanhado do correspondente documento oficial de identificação do licitante, e documento oficial de identificação do procurador.**

4.2. A documentação de credenciamento do licitante que se fizer presente à sessão de licitação deverá ser entregue fora dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA”, antes do início do recebimento dos mesmos;

4.3. A não apresentação do documento de credenciamento, ou a sua apresentação de forma incorreta, não impedirá a participação da licitante no certame, porém não será credenciado representante, com direito a voz, para se manifestar na defesa dos interesses da licitante.

4.4. Cada licitante credenciará apenas um (01) representante, que será o único admitido a intervir nas etapas desta licitação e a responder por sua representada, para todos os atos e efeitos previstos neste edital.

4.5. Não será admitida a representação concomitante de um mesmo representante para mais de uma licitante.

05 - DA VISITA AOS LOCAIS DOS SERVIÇOS

5.1 - A visita local é obrigatória e deverá ser previamente agendada com prazo de **01 (um) dia de antecedência da data de recebimento e abertura das propostas** junto ao Município de Jardim do Seridó/RN, com a pessoa a ser designada pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OU OUTRA A SER DESIGNADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL, que expedirá documento de comprovação da visita.

5.1.1 - A licitante que não realizar a vistoria acompanhada de servidor público municipal assume os riscos inerentes à prestação dos serviços. Em todo caso deverá emitir atestado que realizou a visita técnica nos locais da prestação dos serviços

5.2 - Todos os custos associados com a visita serão de inteira responsabilidade da licitante.

06- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1- No dia, horário e local fixados no preâmbulo deste **Edital**, cada **licitante** deverá apresentar à **Comissão Permanente de Licitação**, simultaneamente, sua documentação e proposta de preços, em envelopes **identificados, separados, fechados e rubricados no fecho**, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

CONCORRÊNCIA Nº 001/2022

PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 117.002/2022

MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE Nº 01

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA: 28 de março de 2022

HORÁRIO: 08:00 horas



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros"]
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022 CONCORRÊNCIA Nº 001/2022

PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 117.002/2022

MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE Nº 01

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA: 28 de março de 2022

HORÁRIO: 08:00 horas

07 - DA DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE Nº 01

7.1- Todas as **licitantes** deverão apresentar, dentro do **Envelope nº 01**, os documentos específicos para participação nesta **Concorrência**, devendo ser entregues, **em um (01) via, em originais ou cópias devidamente autenticadas por tabelião de notas, ou por servidor da administração municipal em até 24 (vinte e quatro) horas do horário designado para recebimento dos envelopes, SOB PENA DE INABILITAÇÃO:**

PARA LICITANTES PESSOAS JURÍDICAS (7.1.1 a 7.1.5)

7.1.1. - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Certificado de Microempreendedor Individual – MEI, ou Requerimento do Empresário, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e aditivos em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "c" deste subitem 7.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o **credenciamento do representante da empresa licitante** nesta **Concorrência**.

7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e com a Procuradoria Geral do Estado, da sede da licitante;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);
- e) Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, mediante da Certidão Conjunta de Débitos;
- g) Certidão Negativa de Débitos Municipais;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial;

7.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de que realizou visita local, tomando conhecimento das condições em que se encontra o imóvel, mediante atestado de visita a ser emitido pelo Município de Jardim do Seridó/RN. Observando, se for o caso, a exceção do item 5.1.1.

7.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração de inexistência de Fatos Impeditivos, nos termos do modelo constante deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;
- b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de idade, conforme Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, nos termos do modelo constante deste Edital;

PARA LICITANTES PESSOAS FÍSICAS (7.1.6 a 7.1.9)

7.1.6 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **Documento Oficial de Identificação;**

7.1.6.1 – O documento relacionado na alínea “a” deste item 7.1.6 não precisará constar do envelope “Documentos de Habilitação”, se tiver sido apresentado para o CREDENCIAMENTO nesta Concorrência.

7.1.7 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF);
- b) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e com a Procuradoria Geral do Estado, do domicílio da licitante;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, mediante a Certidão Conjunta de débitos;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.1.8 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial;

7.1.9 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de que realizou visita local, tomando conhecimento das condições em que se encontra o imóvel, mediante atestado de visita a ser emitido pelo Município de Jardim do Seridó/RN. Observando, se for o caso, a exceção do item 5.1.1.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

7.1.10- OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração de inexistência de Fatos Impeditivos, nos termos do modelo constante deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;
- b) Declaração de que a pessoa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de idade, conforme Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, nos termos do modelo constante deste Edital.

7.2- Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- 7.2.1- Dados dos últimos **trinta (30) dias** até a data de abertura do **Envelope nº 01**, quando não tiverem prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor; e
- 7.2.2- Não se enquadram no prazo de que se trata este **item** os documentos que, pela própria natureza, tenham validade indeterminada.
- 7.3- Serão aceitas somente cópias legíveis;
- 7.4 - Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- 7.5- A **Comissão Permanente de Licitação** reserva-se ao direito de solicitar original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

08- DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 02

- 8.1. - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos, sob pena de **DESCLASSIFICAÇÃO**:
 - a) Ser apresentada em papel timbrado da empresa ou dados de pessoa física ou com apresentação no mínimo de razão social, endereço completo inclusive o CEP, CNPJ e Inscrição Estadual/ Municipal **ou** Nome, endereço, CPF, RG, **em uma (01) via**, redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada a última folha e rubricadas nas demais, pelo representante legal da empresa;
 - b) Fazer referência ao número do Processo Licitatório e da Concorrência;
 - c) Preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo e com apenas duas (02) casas decimais – (R\$ 0,00);
 - d) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, sessenta (60) dias;
 - e) **Declaração de Elaboração Independente de Proposta.**

8.2. A(s) Proposta(s) Comercial(ais) deverá(ão) ser elaborada(s) com observância das condições expressas no **Anexo IV** e demais instruções deste capítulo, constando explicitamente o valor nominal e por extenso em moeda nacional, até duas casas decimais previstas para valor unitário, desprezando-se as demais, a ser ofertado **como pagamento mensal** pela outorga da concessão de uso.

8.3 - Considerar-se-á como melhor proposta comercial aquela em que a licitante apresentar a **maior oferta a título de pagamento mensal** pela outorga da concessão de uso para **cada item**, e depois de cumpridas as demais exigências contidas no edital, será(ão) consideradas as vencedoras da presente **Concorrência**.

8.4. Em nenhuma hipótese, poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao preço, pagamento ou prazo, qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros, alterações essas que deverão ser avaliadas pela **Comissão Permanente de Licitação**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

8.5. Serão corrigidos automaticamente pela **Comissão Permanente de Licitação** quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.

8.6. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo licitante ou por seu representante presente a reunião de abertura dos envelopes **Proposta** com poderes para esse fim.

8.7. A falta do CNPJ/CPF e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº 01 – **DOCUMENTAÇÃO**, pelo licitante ou por seu representante presente a reunião de abertura dos envelopes **Proposta** com poderes para esse fim.

9 – DOS PREÇOS

9.1. O licitante deverá indicar o **preço unitário correspondente a cada mês pela concessão de uso**.

9.2. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, nesse caso, o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

9.3. Todos os preços da PROPOSTA devem ser apresentados como definitivos, não sendo aceitos quaisquer hipóteses que tornem os preços inconclusos, tais como indicação de preços estimados, reembolso de valores não discriminados na PROPOSTA ou menções de descontos ou acréscimos de preços ou quaisquer vantagens em relação à PROPOSTA de outra licitante.

9.4. Os preços apresentados deverão ser preços finais e não serão considerados alegações e pleitos das licitantes para majoração dos preços unitários e totais.

9.5. Informar prazo de validade da proposta, o qual não deverá ser inferior a sessenta (60) dias consecutivos a contar da data de sua apresentação.

9.6. Será desclassificada a proposta que estiver em desacordo com qualquer das exigências especificadas neste Edital e seus anexos.

10- DOS PRAZOS

10.1. Os **licitante vencedor** ficara obrigado a iniciar a prestação dos serviços adjudicados e contratados em até dez (10) dias após a assinatura do Contrato.

10.2. As propostas deverão ter a validade mínima de sessenta (60) dias corridos, contados da data estabelecida no preâmbulo desta **Concorrência** para o recebimento dos envelopes **Documentação e Proposta**.

10.3. Caso os prazos estabelecidos nas **Condições** acima não estejam expressamente indicados nas **Propostas**, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

10.4. Se, por motivo de força maior, a **adjudicação** não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, sessenta (60) dias corridos, e caso persista o interesse do **Município de Jardim do Seridó/RN**, poderá ser solicitada prorrogação geral da validade referida a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo.

10.5. Decorridos sessenta (60) dias corridos da data do recebimento e início da abertura dos envelopes, sem solicitação ou convocação supracitadas, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

11 - DO TIPO DA LICITAÇÃO

11.1. Trata-se de licitação do tipo **maior oferta**, conforme disposto no art. 45, §1º, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

12- DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. Após a análise das propostas, serão desclassificadas as propostas que:

12.1.1- Não atendam às exigências contidas neste edital;

12.1.2 - Estejam incompletas, apresentem emendas, rasuras, entrelinhas ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;

12.1.3 - Apresentem como oferta de pagamento mensal pela outorga da concessão de uso valor inferior ao determinado no Termo de Referência.

12.1.4 - apresentem qualquer vantagem adicional não prevista no edital ou ainda preços e ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais concorrentes.

12.2. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN poderá fixar aos licitantes o prazo de oito (08) dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

13- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. As propostas serão classificadas pela ordem decrescente dos preços propostos.

13.2. Não se considera qualquer oferta de vantagem não prevista nesta **Concorrência**, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes.

13.3. À **Comissão Permanente de Licitação**, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus Anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Edital.

13.4. A Comissão Permanente de Licitação poderá, também, solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN ou, ainda de pessoas físicas ou jurídicas contratadas por esta, para orientar sua decisão.

14- DO CRITÉRIO DE DESEMPATE – LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

14.1. Apurado o **maior preço**, será aplicado o **critério de desempate**, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, arts. 44 e 45, assegurado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, considerando aquelas condições em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) **inferiores** a proposta mais bem classificada.

14.2. A aplicação do **critério de desempate** proceder-se-á da seguinte forma:

14.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço **superior** àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

14.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no percentual do item 14.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 14.1 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.4. Na hipótese da não contratação oriundo do **critério de desempate**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

14.5. O **critério de desempate** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

15- DO DESEMPATE – EMPRESAS NÃO ENQUADRADAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E/OU PESSOAS FÍSICAS.

15.1- No caso de empate de duas ou mais propostas apresentadas: entre licitantes pessoas físicas, entre licitantes pessoas jurídicas, ou entre licitantes pessoas físicas e jurídicas, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, ou na mesma sessão, a critério da Comissão Permanente de Licitação.

16- DO DIREITO DE PETIÇÃO

16.1. Observando o disposto no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, o licitante poderá apresentar recursos à Comissão Permanente de Licitação, no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou do julgamento das propostas, anulação ou revogação desta **Concorrência**.

16.2. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de cinco (05) dias úteis. Findo esse período, impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, no prazo de cinco (05) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, ao Prefeito Municipal.

16.3. Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei 8.666/93, ficam os autos desta **Concorrência** com vista franqueada aos interessados.

16.4. Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender reconsideração total ou parcial das decisões da **Comissão Permanente de Licitação** deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.

17 - DA ADJUDICAÇÃO

17.1. O objeto deste Edital será adjudicado pelo Prefeito Municipal depois de atendidas as Condições desta **Concorrência**.

18- DO TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

18.1. Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei nº 8.666/93, o contrato de que trata o objeto deste Edital, será formalizado e conterà, necessariamente, as condições já especificadas neste ato convocatório.

18.2. Quaisquer condições apresentadas pela licitante vencedora em sua proposta, se pertinentes, poderão se acrescentadas ao contrato a ser assinado.

19- DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO

19.1. A Administração do **Município de Jardim do Seridó/RN** convocará oficialmente as licitantes vencedoras, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis, a assinar o contrato sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

19.2. O prazo para subscrição poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitados pelos licitantes vencedores durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do **Município de Jardim do Seridó/RN**.

19.3. É facultado à Administração do **Município de Jardim do Seridó/RN**, quando as convocadas não assinarem o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quando aos preços atualizados, ou revogar esta **Concorrência**, independentemente da cominação no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

19.4. A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar o **contrato de concessão de uso**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração do **Município de Jardim do Seridó/RN**, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

19.5. O disposto no subitem anterior não se aplica as licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

20- DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

20.1. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

21- DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

21.1. A vigência do contrato de concessão de uso objeto desta licitação terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua subscrição, podendo ser rescindindo a qualquer hora, e em qualquer tempo por acordo das partes.

22- DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.

22.1. À licitante vencedora caberá:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

22.1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício ou contratual com o **Município de Jardim do Seridó/RN**;

22.1.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados a este processo licitatório e respectivo contrato, originalmente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência; e

22.1.3. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação nesta **Concorrência**.

22.2. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na Condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do **Município de Jardim do Seridó/RN**, nem poderá onerar o objeto desta **Concorrência**, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **Município de Jardim do Seridó/RN**.

23- DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

23.1. **Deverá a licitante vencedora observar, além das obrigações determinadas no Termo de Referência, o seguinte:**

23.1.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do **Município de Jardim do Seridó/RN** para a execução dos serviços objeto desta licitação;

23.1.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca desta **Concorrência**, salvo se houver prévia autorização formal da Administração do **Município de Jardim do Seridó/RN**.

24- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

24.1. Durante a vigência do contrato, a concessão de uso será acompanhada e fiscalizada pela **Secretaria Municipal de Administração** por servidor autorizado para tal, representando o **Município de Jardim do Seridó/RN**.

25- DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

25.1. A Concessão de uso dos espaços físicos públicos licitados será realizada por meio de uma contrapartida financeira mensal, junto à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, mediante a emissão de fatura e/ou boleto bancário.

25.2. O valor da contrapartida mensal será reajustado anualmente de acordo com o disposto no **Código Tributário do Município de Jardim do Seridó/RN** ou conforme atualização por órgão oficial, ocorrida no período anualizado do mês imediatamente anterior ao da incidência do reajuste. Na ausência ou extinção deste índice as partes elegerão outro.

26 - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

26.1. O contrato objeto desta Licitação a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração Municipal, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta **Concorrência**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

27- DAS PENALIDADES

27.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta **Concorrência**, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

27.1.1. Advertência;

27.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, nos casos de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de quinze (15) dias corridos, contado da comunicação oficial;

27.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município, pelo prazo de até dois (02) anos;

27.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a **Administração do Município** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

27.2. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a licitante vencedora estará sujeita às penalidades tratadas nas CONDIÇÕES anteriores:

27.2.1. Pela recusa injustificada de assinar o Contrato;

27.2.2. Pela não execução do objeto desta licitação, de acordo com as especificações do Edital e da proposta da licitante vencedora;

27.3. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

27.4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Municipal, em relação a um dos eventos arrolados anteriormente, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

27.5. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as multas, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

28- DA RESCISÃO

28.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, bem como **o atraso no pagamento do preço público (contrapartida) por mais de 30 (trinta) dias gera a rescisão imediata da concessão de uso.**

28.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

28.3. A rescisão do contrato poderá ser:

28.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal, nos casos enumerados **nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93**, notificando-se a **licitante** vencedora com a antecedência mínima de trinta (30) dias corridos;

28.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo nesta **CONCORRÊNCIA**, desde que haja conveniência para a Administração Municipal;

28.3.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

28.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

29- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

29.1. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos da presente **Concorrência**, até **cinco (05) dias úteis** antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação (Documentação), devendo a Administração Municipal, por intermédio da **Comissão Permanente de Licitação**, julgar e responder à impugnação em até **três (03) dias úteis**.

29.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Administração Municipal a **licitante** que não o fizer até o **quinto dia útil** que anteceder a data marcada para recebimento e abertura dos envelopes **Documentação e Proposta**, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipóteses em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

29.3. A impugnação feita tempestivamente pela **licitante** não a impedirá de participar desta **Concorrência** até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

29.4 Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

30- DA CONCORRÊNCIA

30.1. A critério da Administração Municipal, esta **Concorrência** poderá:

30.1.1. Ser anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

30.1.2. Ser revogada, a juízo da Administração Municipal, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

30.1.3. Ter sua data de abertura de envelopes **Documentação e Proposta** transferida, por conveniência exclusiva da Administração Municipal.

30.2. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta **Concorrência**:

30.2.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93;

30.2.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do Contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior;

30.2.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

31- DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

31.1. O **Município de Jardim do Seridó/RN** não se responsabilizará, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros decorrentes de tributos indevidamente recolhidos ou erroneamente calculados por parte da licitante contratada, na forma do art. 71, da Lei nº 8.666/93.

31.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data de entrega dos documentos de habilitação e das propostas, cuja base de cálculo seja o preço proposto implicarão na revisão dos preços, em igual medida, para maior ou para menor, conforme o caso. A alteração ou criação



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

de tributos de repercussão indireta, assim como encargos trabalhistas, não repercutirão nos preços contratos.

31.3. Durante a vigência do contrato, o **Município de Jardim do Seridó/RN** poderá desclassificar a licitante tida como vencedora, se vier a ter conhecimento comprovado de fato ou circunstância que a desabone, anterior ou posterior ao julgamento, procedendo à adjudicação do objeto desta licitação à outra licitante, obedecendo à ordem de classificação, nas mesmas condições da proposta vencedora, inclusive com relação aos preços e prazos.

31.4. Em caso de nulidade pertinente aos procedimentos desta licitação, obedecer-se-á ao disposto no art. 49, §2º, da lei nº 8.666/93.

31.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Na hipótese de se constatar a impressão ou falsidade das informações e /ou dos documentos apresentados pela licitante, poderá o **Município de Jardim do Seridó/RN**, qualquer tempo, desclassificá-la ou rescindir o contrato subscrito.

31.6. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta de licitante vencedora, farão parte integrante do instrumento contratual, independentemente de sua transcrição.

31.7. Os casos omissos neste Edital serão regulados em observância a Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, podendo ser aplicado o Código Tributário Municipal de Jardim do Seridó/RN no que couber.

31.8. Em caso de dúvida, a interessada deverá comunicar-se com a Comissão Permanente de Licitação do **Município de Jardim do Seridó/RN**, situada na Rua Manoel Correia, 219, Centro, Jardim do Seridó/RN, ou pelo fone: (84) 3472-3900, no horário das 7:00 às 13:00 h, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

32- DOS ANEXOS

32.1- São partes integrantes deste Edital:

32.1.1. Anexo I – Termo de Referência.

32.1.2. Anexo II – Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo superveniente da habilitação.

32.1.3. Anexo III – Modelo de declaração de que não emprega mão-de-obra infantil;

32.1.4. Anexo IV – Modelo da Carta proposta.

32.1.5. Anexo V – Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta.

32.1.6. Anexo VI – Minuta do Contrato de Concessão de Uso.

32.1.7. Anexo VII - Modelo de Carta de Credenciamento.

32.1.8. Anexo VIII - Declaração de Vistoria

33- DO FORO

33.1- As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na **Comarca de Jardim do Seridó/RN**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jardim do Seridó/RN, 21 de fevereiro de 2022.

Jaelyson Max Pereira de Medeiros
Presidente da CPL



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117.002/2022

1. DO OBJETO

1.1. Concessão onerosa de uso de espaço público, destinado a exploração de quiosque para comercialização de alimentos, bebidas e derivados no Município de Jardim do Seridó/RN;

Item	Cód.	Descrição	Unid. Med.	Quant.	Valor mínimo de arrecadação mensal
01	14027	Concessão de uso do quiosque IV, localizado à Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN	Mês	60	R\$ 218,00

1.2. A presente contratação adotará como regime de execução de maior oferta mensal, a ser contratada mediante Concorrência Pública.

1.3. O Contrato Administrativo decorrente da presente Concorrência terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua subscrição, podendo ser rescindindo a qualquer hora, e em qualquer tempo por acordo das partes.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com o crescimento das cidades e o adensamento de áreas centrais, os espaços públicos se tornam uma indispensável opção de área de lazer para a cidade. As praças espalhadas pelos bairros, são elementos necessários para a vida na cidade, tornando-se objeto de interesse público.

2.2. Uma cidade é memorável não apenas pelo seu espaço público, mas por seus cidadãos e o relacionamento deles entre si e com esse espaço. Dessa forma, considerando que as interações sociais nesses espaços públicos são frequentes e muitas vezes contribuem para a sensação de segurança dos indivíduos, para aumentar a vivacidade e atratividade da cidade. Pleiteamos a realização de Concorrência Pública para a exploração de espaço do Quiosque IV, para comercialização de alimentos, bebidas e derivados, considerando que tal quiosque se encontra localizado no Centro da Cidade, local onde se encontra a maior circulação de turistas e munícipes.

2.3. Visando ainda fomentar o desenvolvimento econômico do Município, zelar pelo patrimônio público e oportunizar o comércio local, justifica-se a abertura do presente processo.

3. DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO PARA A CONCESSIONÁRIA

3.1 Os espaços públicos, objeto dessa licitação, não poderão sofrer alteração de sua estrutura, salvo por prévia autorização escrita da Administração Pública;

3.2 Os vencedores do certame, não poderão, de forma alguma, sublocar, transferir, locar, ceder ou emprestar o imóvel, ainda que parcialmente, a outra pessoa, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidades legais;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

3.3 A concessionária deverá tomar posse dos espaços físicos públicos licitados correspondente em prazo não superior a 08 (oito) dias úteis contados da assinatura do contrato.

3.4 O não cumprimento do item:

3.4.1 implica a caducidade/rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital, e neste contrato, salvo por motivo de fato de superveniente e imprevisível a ser analisado pela Concedente.

3.5 O horário de funcionamento dos espaços públicos licitados deverá ser informado no ato do pedido de alvará de funcionamento;

3.6 A concessionária utilizará os espaços, exclusivamente, para a comercialização de alimentos, bebidas e derivados.

3.7 Após o horário de funcionamento, não será permitida a exposição no espaço externo dos espaços públicos licitados, de mesas, cadeiras e TVs, tampouco em qualquer horário, de móveis e eletrodomésticos utilizados pelos permissionários no desempenho de suas atividades comerciais (Freezer, geladeiras, etc), devendo recolher todo material utilizado, bem como, proceder a limpeza de seu espaço físico interno e externo; não podendo deixar expostos no local, caixas, embalagens ou quaisquer outros objetos que comprometam a boa aparência do local, salvo autorização da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN e após solicitação formal por parte do concessionário;

3.8 Atender todas as exigências da vigilância sanitária;

3.9 Deverão existir aparelhos de refrigeração e/ou resfriamento para armazenamento e comercialização de produtos alimentícios perecíveis ou alteráveis;

3.10 Todos os recipientes para coleta de resíduos, que deverão existir na área interna e externa dos espaços físicos públicos licitados, em número razoável, deverão ser adequados, de fácil limpeza e providos de tampo, bem como ter acondicionados sacos de lixo apropriados, ou recipientes descartáveis;

3.11 Todas as pessoas que trabalham nos espaços públicos licitados deverão utilizar vestuário adequado à natureza do serviço; sendo expressamente vedado o uso de vestimentas em desacordo com as normas sanitárias;

3.12 Deverá ser mantido rigoroso asseio dos uniformes utilizados, dos utensílios, das instalações, do local, bem como das pessoas que irão trabalhar nos espaços públicos licitados;

3.13 Qualquer substância alimentícia não poderá ser exposta à venda a não ser que devidamente protegida contra poeira, insetos e outras formas de deterioração;

3.14 No acondicionamento ou embalagem não poderá haver contato direto dos alimentos com jornais, papéis coloridos ou filmes plásticos usados ou qualquer invólucro que possa transferir ao alimento substâncias contaminantes.

3.15 Os alimentos industrializados servidos só poderão ser aqueles registrados nos órgãos públicos competentes.

3.16 Não será admitido no interior dos espaços públicos licitados:

3.16.1 Permitir a entrada ou a permanência de quaisquer animais;

3.16.2 Ter em depósito, substâncias nocivas à saúde ou que possam alterar, adulterar, fraudar ou falsificar alimentos (saneantes, desinfetantes e produtos similares);

3.17 Os utensílios utilizados nos espaços físicos licitados, deverão ser apropriados para o desempenho do comércio e em caso de restaurantes, para a alimentação humana;

3.18 Os concessionários deverão realizar ações eficazes e contínuas de controle integrado de vetores e pragas urbanas, com o objetivo de impedir a atração, abrigo, acesso e ou proliferação dos mesmos;

3.19 O lixo deverá ser disposto adequadamente em recipientes de fácil limpeza, em sacos plásticos (devem ser providos com tampas acionadas por pedal);



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros"]
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

3.20 A concessionária será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, mesmo que haja fiscalização ou acompanhamento do contratante;

3.21 Toda e qualquer benfeitoria a ser realizada pela concessionária, deverá conter, obrigatoriamente a prévia aprovação da Administração Pública Municipal, através de seus órgãos competentes, e passará a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação ou retenção por parte da concessionária;

3.22 Qualquer atraso no início da atividade ou sua suspensão, não exime a concessionária das obrigações pactuadas, inclusive quanto ao pagamento mensal.

4. DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1 Como requisito para a contratação:

4.1.1 A Concessionária deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para Uso do Espaço Público;

4.1.2 Os empregados da Concessionária não terão qualquer vínculo com o Município, ficando sob a responsabilidade da concessionária todos os encargos e obrigações previstos na legislação trabalhista, de previdência social, de acidentes de trabalho e correlatos, assim como seguros e demais obrigações empregatícias vigentes e futuras;

4.1.3 A concessionária deverá possuir todos os equipamentos, mobiliários e utensílios necessários para o desenvolvimento do serviço;

4.1.4 Será de responsabilidade da concessionária o pagamento das despesas com energia elétrica, telefonia, lógica, água e esgoto, alarme e monitoramento, licenças, alvarás, taxas, bem como, tributos municipais, estaduais e federais;

4.1.5 Será de responsabilidade da concessionária, a limpeza, conservação, manutenção e correção do desgaste ocorrido pelo uso do espaço;

4.1.6 Não será permitido o uso do imóvel para fins de pornografia, jogos de azar, propaganda política e comercialização de produtos de origem duvidosa ou fraudulenta;

4.1.7 A concessionária deverá atender todos os requisitos elencados neste Termo de Referência, no Edital e em sua Proposta, enquanto durar a vigência da concessão;

4.1.8 É facultativa a realização de vistoria ao local da concessão;

4.1.9 A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações;

5. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

5.1 A concessionária poderá realizar vistoria nas instalações da concessão, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 13 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (84) 3472-3902 ou (84) 3472-3900.

5.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

5.3 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.4 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 A concedente manterá a fiscalização do Contrato, zelando pelo seu correto cumprimento, através de servidores que serão nomeados gestor e fiscal(ais) de Contrato, conforme portaria posterior nomeando-os.

6.2 A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Concessionária inclusive de prepostos, por qualquer irregularidade.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

7.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Concessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3 Notificar a Concessionária, por escrito, da ocorrência de eventuais irregularidades constatadas no curso da concessão de uso, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4 A ausência ou omissão do acompanhamento dos trabalhos, por profissional do quadro pessoal da Concessionária, não eximirá a concessionária das responsabilidades previstas no edital.

7.5 Não praticar atos de ingerência na administração da Concessionária, tais como:

7.5.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Concessionária, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

7.5.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na Concessionária;

7.5.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Concessionária, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.5.4 considerar os trabalhadores da Concessionária como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.6 A concedente vedará, a seu critério, a comercialização de produtos e a prestação de serviços considerados inadequados ou não condizentes com o objeto contratual;

7.7 A Concedente notificará imediatamente os concessionários com débitos em atraso, em período superior a 30 (trinta) dias, para que quitem seus débitos. Após 90 (noventa) dias de existência de débitos em aberto, tomará as medidas cabíveis visando à rescisão contratual com a consequente retomada do imóvel, esta última por ato auto executório da Administração.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

- 8.1 Utilizar os espaços cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pela Concedente contidas no edital e anexos.
- 8.2 Adequar e equipar o espaço físico com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento, sendo estas apresentadas a Concedente para aprovação prévia.
- 8.3 Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos à Concedente, sempre que lhe forem solicitadas.
- 8.4 Pagar a Concedente pontualmente as mensalidades pela outorga de uso, bem como os tributos, taxas, preços públicos e contribuições incidentes.
- 8.5 Transferir para sua responsabilidade a titularidade das contas referentes ao fornecimento de energia, telefonia e água no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da assinatura do Contrato.
- 8.6 Arcar com todas as despesas decorrentes de instalação e/ou fornecimento de água, energia elétrica, telefone e de qualquer outro serviço necessário para a utilização do imóvel.
- 8.7 Manter em local de fácil visualização, aviso aos usuários em que conste o nome do órgão fiscalizador dos serviços, bem como o número do telefone a ser contatado no caso de reclamações, qual seja: Secretaria Municipal de Administração ou outra a ser designada pelo executivo municipal.
- 8.8 Cumprir e fazer cumprir as instruções e ordens de serviço determinadas pela Concedente, respondendo por seus atos e pelos de seus empregados, que impliquem em inobservância deste dispositivo.
- 8.9 Cumprir todas as exigências fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias da União, Estado, Município e demais exigências emanadas de suas autoridades.
- 8.10 Responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à Concessionária, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Concedente.
- 8.11 Responsabilizar-se por todos os encargos comerciais e financeiros relativos ao desenvolvimento das atividades permitidas, objeto da presente concessão.
- 8.12 Responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e às instalações físicas do imóvel, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias.
- 8.13 A Concessionária não poderá instalar letreiros ou propaganda na área de concessão, sem prévia autorização da Concedente.
- 8.14 A propagação de música mecânica ou instrumental com a utilização de amplificadores, caixas acústicas ou quaisquer meios eletrônicos de amplificação no imóvel deverá respeitar os limites da legislação em vigor no município. A Concessionária só poderá promover o uso de música ao vivo ou mecânica, mediante autorização prévia, por escrito, da Concedente.
- 8.15 Cumprir as normas relativas à legislação ambiental e sanitária em vigor.
- 8.16 A Concessionária não poderá instalar ou armazenar nenhum equipamento, utensílio ou produto na área externa do quiosque, salvo aparelhos de Televisão ou quando autorizado pela Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó.
- 8.17 Manter a exploração da atividade comercial, com o funcionamento informado no alvará de funcionamento e localização, salvo nos eventos festivos e Religiosos da Cidade, na qual esses horários poderão ser modificados com anuência expressa da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN.
- 8.18 Após o horário de funcionamento não será permitida a exposição no espaço externo dos espaços físicos públicos licitados de mesas, cadeiras e televisores, tampouco em qualquer horário os móveis e eletrodomésticos utilizados pelos permissionários no desempenho de suas atividades comerciais (freezer, geladeiras, etc), devendo recolher todo material utilizado, bem como proceder com a limpeza de seu espaço físico interno e externo; não podendo deixar expostos no local, caixas, embalagens ou quaisquer outros objetos que comprometam a boa aparência do local;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

- 8.19 Manter o imóvel, objeto desta concessão, em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pela Concedente e legislação em vigor, sem qualquer ônus para o Município.
- 8.20 Manter as características físicas da construção, submetendo previamente à apreciação e aprovação escrita da Concedente – que poderá vetar parcial ou totalmente - qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto desta concessão, bem como reforma e/ou alteração compreendendo benfeitorias, decoração, móveis, equipamentos, acessórios de iluminação e outros.
- 8.21 As benfeitorias, manutenção, reforma e reparos aprovados pela Concedente serão incorporados ao imóvel, à exceção daquelas que possam ser retiradas sem prejuízo para o imóvel, não cabendo à Concessionária qualquer direito à indenização ou retenção, findo o contrato.
- 8.22 Será de responsabilidade da concessionária a montagem do espaço, no que se refere a equipamentos, mobiliários, utensílios e vasilhames necessários ao bom funcionamento dos serviços a serem desenvolvidos.
- 8.23 Comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à Legislação pertinente.
- 8.24 Cumprir rigorosamente as normas sanitárias.
- 8.25 Manter em seu estabelecimento alvará sanitário atualizado e registros de inspeção trabalhista, emitidos pelo Município de Jardim do Seridó/RN e pelo Ministério do Trabalho, respectivamente, em locais visíveis e de fácil identificação.
- 8.26 Adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pela Concedente.
- 8.27 Manifestar-se por escrito a qualquer reclamação de usuário que for encaminhada pela Concedente.
- 8.28 Manter seus empregados devidamente uniformizados e em perfeitas condições de higiene e saúde.
- 8.29 Não será permitida a utilização do bem público concedido para uso diferente do qual foi licitado, garantindo-se as demais exigências pactuadas, sob pena de rescisão do termo contratual.
- 8.30 A concessionária não poderá criar ou alojar animais domésticos no imóvel.
- 8.31 Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta,
- 8.32 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Concedente;
- 8.33 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 8.34 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Concedente ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.35 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que esteja sendo executada de forma inadequada, e fora do objeto contratual.
- 8.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações solicitadas.
- 8.37 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.38 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às normas e legislações vigentes;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1 Não será admitida a subcontratação do presente processo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Concessionária com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no processo original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10.2 Quaisquer alterações das informações prestadas pela Concessionária, como: a mudança do representante legal, número de telefone, conta corrente, endereço físico e/ou eletrônico, entre outros, deveram ser comunicados formal e imediatamente a Concedente.

11. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

11.1. A concessão de uso do espaço público licitado será realizada por meio de uma contrapartida financeira mensal;

11.2. O pagamento da referida contrapartida será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a assinatura do Contrato, diretamente ao Setor de Tributação do Município de Jardim do Seridó/RN, mediante a emissão de fatura e/ou boleto bancário.

11.3. Será de responsabilidade única e exclusiva da concessionária arcar com todos os custos relativos aos impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como sobre as atividades econômicas nele desenvolvidas.

11.4. Os valores decorrentes de contrapartidas em atraso serão acrescidos juros moratórios de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao dia, sobre o montante em atraso, bem como multa moratória de 2% (dois por cento) incidente sobre a mesma base utilizada para cálculo dos juros moratórios.

11.5. Fica obrigado o concessionário a se dirigir à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação do Município de Jardim do Seridó/RN para retirada tempestiva do Boleto/Fatura a ser pago, em caso de eventual não recebimento do referido documento.

11.6. Todos os espaços públicos licitados terão suas contas de energia elétrica, telefonia, lógica, água e esgoto, licenças, alvarás, taxas, bem como, tributos municipais, estaduais e federais individualizada pelo concessionário que vencer a licitação, sendo de sua responsabilidade seu pagamento;

11.7. O atraso no pagamento do preço público (contrapartida) por mais de 30 (trinta) dias gera a extinção do contrato de concessão de uso.

11.8. O valor da contrapartida será reajustado anualmente, aplicando-se o índice do IPCA/IBGE.

11.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de inexecução total ou parcial, atraso na execução ou qualquer inadimplência contratual, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a Concessionária estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

12.1.1. advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

12.1.2. multa:

12.1.2.1. as multas serão aplicadas, conforme abaixo, limitadas a 10% (dez por cento) do valor global



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

contratado:

12.1.2.2. De 0,00277% (duzentos e setenta e sete centésimos de milésimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor global do contrato, atualizado, quando a Concessionária, sem justa causa, deixar de cumprir a obrigação assumida e no caso de não atendimento de determinação da fiscalização da Secretaria Municipal de Administração ou outra a ser designada pelo executivo municipal.

12.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Concedente segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

12.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Concedente, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a Concedente.

12.2. A Concessionária não incorrerá em multa quando o descumprimento dos prazos estabelecidos resultar de força maior devidamente comprovada ou de instruções da Concedente.

12.3. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente.

12.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 12.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”.

12.5. É facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c”.

12.6. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 12.1 é de competência do Prefeito Municipal de Jardim do Seridó/RN, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

12.7. As sanções “a”, “b” e “c” do subitem 12.1 serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Jardim do Seridó/RN.

12.8. As sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 12.1 poderão ser também aplicáveis à Concessionária que, em razão do contrato:

12.8.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.8.2. praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

12.8.3. demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Considerar-se-á extinto o contrato de concessão nas seguintes hipóteses:

13.1.1. término do prazo de concessão do serviço;

13.1.2. caducidade;

13.1.3. rescisão;

13.1.4. anulação;

13.1.5. falência ou extinção da empresa Concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual, ou de pessoa física.

13.2. Extinta a concessão, retornarão à Concedente os direitos e deveres relativos ao uso concedido, com reversão dos bens, sem que caiba ao Concessionário direito à indenização.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

13.3. O presente contrato poderá ter sua caducidade declarada por ato do Prefeito Municipal, em nome da Concedente, precedido de processo administrativo que assegure ampla defesa à Concessionária, nas hipóteses de:

- 13.3.1.** não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 13.3.2.** cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- 13.3.3.** inexecuções totais ou parciais do contrato, ensejando as consequências contratuais e as previstas em Lei;
- 13.3.4.** atraso injustificado no uso do bem;
- 13.3.5.** não utilização do imóvel, bem como a paralisação da atividade comercial sem justa causa e prévia comunicação à Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 13.3.6.** subconcessão, transferência da permissão, locação e empréstimo do bem imóvel, parcial ou total do seu objeto;
- 13.3.7.** não atendimento às determinações regulares da unidade da Secretaria Municipal de Administração ou outra a ser designada pelo executivo municipal, designada para acompanhar e fiscalizar o contrato, assim como as de seus superiores;
- 13.3.8.** cometimento reiterado de faltas decorrentes do uso do bem e exploração da atividade, anotados pela fiscalização da Secretaria Municipal de Administração ou outra a ser designada pelo executivo municipal;
- 13.3.9.** decretação de falência ou dissolução da CONCESSIONÁRIA;
- 13.3.10.** alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da Concessionária que prejudique a execução do contrato;
- 13.3.11.** quando a CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações nos devidos prazos;
- 13.3.12.** transferência irregular do contrato, sem anuência da Concedente;

13.4. A declaração de caducidade não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis pelas infrações praticadas pela Concessionária.

13.5. Poderá ser rescindido o contrato por iniciativa da Concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pela Concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

13.6. A anulação será decretada pela Concedente em caso de irregularidade insanável e grave verificada no contrato.

13.7. Extinta a concessão, obriga-se a Concessionária a entregar o imóvel objeto desta licitação, inteiramente desembaraçado, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder concedente.

13.8. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, a qualquer tempo, da Concessionária, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

14. DOS BENS REVERSÍVEIS

14.1. Extinto o presente instrumento ou após regular procedimento administrativo e constatado o abandono do imóvel pela Concessionária, poderá a Concedente, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, que pertençam à Concessionária, a seus prepostos, contratantes ou contratados, ficando a Concessionária responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

14.2. A Concedente notificará a Concessionária diretamente ou por edital de citação, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para a retirada dos bens eventualmente removidos.

14.3. Decorrido o prazo estabelecido no item anterior, sem que os bens tenham sido retirados, ficará a



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

Concedente autorizada a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da Concessionária, ficando o saldo eventualmente existente à disposição da mesma pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido a Administração concedente.

14.4. Quando advier a caducidade por dolo ou culpa comprovada da Concessionária, esta acarretará também:

14.4.1. retenção dos créditos decorrentes do contrato, inclusive com apropriação de receitas decorrentes de pagamentos feitos pelos usuários do serviço;

14.4.2. responsabilização por prejuízos causados à Concedente e aos usuários;

14.4.3. aplicação de multas nos termos do disposto deste Termo de Referência, no Edital e na legislação vigente;

15. DA DESISTÊNCIA DA DELEGAÇÃO

15.1. Havendo desistência da delegação por parte da Concessionária, o Quiosque, objeto deste contrato, será integrado à Concedente, sendo vedada a transferência desta concessão, a qualquer título.

Município de Jardim do Seridó/RN, em 21 de fevereiro 2022.

Rejane Maria de Azevedo Medeiros
Secretária Municipal de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros"]
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022
ANEXO II – modelo

TIMBRE DA LICITANTE

DECLARAÇÃO

Concorrência nº 001/2022
Processo Licitatório MJS/RNnº 117.022/2022

_____ (licitante), inscrito no CNPJ nº _____, com sede na ____ **OU** _____ (licitante), CPF nº _____, com endereço na _____, declara sob as penas da Lei, em atendimento ao previsto nas cláusulas deste Edital da **Concorrência nº 001/2022**, que até a presente data inexistem fatos impeditivos de sua habilitação em licitações públicas federais, estaduais e municipais.

Local, ____/_____/_____

Nome
CPF nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros"]
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022
ANEXO III - modelo

TIMBRE DA LICITANTE

DECLARAÇÃO

Concorrência nº 001/2022
Processo Licitatório MJS/RNnº 117.022/2022

_____(licitante), inscrito no CNPJ nº __, com sede na ____
OU _____(licitante), CPF nº _____, com
endereço na _____, declara sob as penas da Lei, e em atendimento às
exigências deste Edital da **Concorrência nº 001/2022**, que não possui, em nosso quadro de pessoal,
empregados com menos de dezoito (18) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de dezesseis
(16) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos, nos termos
do inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93.

Local, ____/____/____

Nome
CPF nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros"]
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

ANEXO IV – modelo

TIMBRE DA LICITANTE

CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

Concorrência nº 001/2022
Processo Licitatório MJS/RNnº XXX/2022
À Comissão Permanente de Licitação

1 - Submetemos à apreciação de V. Senhoria, a nossa proposta assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros que venham a ser verificados na apresentação da mesma, declarando aceitar as condições prescritas nos documentos da CONCORRÊNCIA.

2 – O preço mensal proposto pela outorga do imóvel comercial **ITEM nº. ____**, objeto da presente CONCORRÊNCIA é de R\$(.....).

2.1 - Não se inclui no valor disposto no item anterior as despesas decorrentes de instalação e/ou fornecimento de água, energia elétrica, telefone e de qualquer outro serviço utilizado no Quiosque, assim como custos com impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como sobre as atividades econômicas nele desenvolvidas, de responsabilidade integral e exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

3 - A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

4 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao da utilização do respectivo imóvel comercial, diretamente à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, mediante a emissão de fatura e/ou boleto bancário.

5 - A vigência do contrato de concessão de uso objeto desta licitação terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua subscrição, podendo ser rescindindo a qualquer hora, e em qualquer tempo por acordo das partes.

Local e data

Nome
CPF nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros"]
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022
ANEXO V – MODELO

TIMBRE DA LICITANTE

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Concorrência nº 001/2022
Processo Licitatório MJS/RN nº XXX/2022
À Comissão Permanente de Licitação

Declaro, para fins de atendimento às exigências editalícias, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar desta Licitação foi elaborada de maneira independente pela licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Administração do **Município de Jardim do Seridó/RN** antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-las.

Local e data

Nome
CPF nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022 ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO Nº ___/2022

CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARDIM DO
SERIDÓ/RN (MOB/RN) E XXXXXXXXX.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/ RN, inscrito no CNPJ/ MF sob o nº 08.086.662/0001-38, com sede no Centro Cultural de Múltiplo Uso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”, à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Amazan Silva, CPF xxxxxxxxx, RG nº xxxxxxxxxxxxxx, domiciliado em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CONCESSIONÁRIA:

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIPLOMAS LEGAIS

- 2.1- Firmam o presente instrumento de contrato, sob a égide da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei nº 8.987/1995, nas condições das cláusulas seguintes.
- 2.2. Na interpretação das normas e disposições constantes do presente contrato deverão ser consideradas as regras gerais de hermenêutica, normas e princípios que regem a Administração Pública e os seus contratos administrativos.
- 2.3. Integra o presente contrato o edital e todos os seus anexos, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente contrato a Concessão onerosa de uso de espaço público, destinado a exploração de quiosque para comercialização de alimentos, bebidas e derivados no Município de Jardim do Seridó/RN, durante o respectivo período vigencial.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

- 4.1. O Contrato Administrativo decorrente da presente Concorrência terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua subscrição, podendo ser rescindido a qualquer hora, e em qualquer tempo por acordo das partes.
- 4.2. A concessionária deverá tomar posse dos espaços físicos públicos licitados correspondente em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato.
- 4.3 - O não cumprimento do item 4.2, implica a caducidade/rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital, e neste contrato, salvo por motivo de fato de superveniente e imprevisível a ser analisado pela CONCEDENTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PELO CONCESSIONÁRIO DE USO.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

5.1. A CONCESSIONÁRIA se obriga a prestar o serviço, para o qual se concedeu o direito de uso do bem público, de forma a cumprir plenamente as obrigações inerentes ao regime público, que lhe são inteiramente aplicáveis, observados os critérios, fórmulas e parâmetros definidos no edital e no presente contrato.

5.2. O descumprimento dessas obrigações ensejará a aplicação das sanções previstas no presente contrato, permitirá a intervenção pela **CONCEDENTE** e, conforme o caso e a gravidade ou quando a intervenção for inconveniente, inócua, injustamente benéfica à CONCESSIONÁRIA ou desnecessária, implicará a caducidade da concessão.

5.3. A CONCESSIONÁRIA se compromete a manter e conservar o bem e suas instalações, empregados no serviço, em perfeitas condições de funcionamento, conservando e reparando suas unidades e promovendo, nos momentos oportunos, as substituições demandadas em função do desgaste, ou ainda promovendo os reparos ou modernizações necessárias à boa execução do serviço e à preservação do serviço adequado, conforme determinado no presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA QUALIDADE, DA CONTINUIDADE E DA MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Constitui pressuposto da presente concessão a adequada qualidade do serviço prestado pela CONCESSIONÁRIA, considerando-se como tal o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade dos preços.

6.1.1. A regularidade será caracterizada pela prestação continuada do serviço com estrita observância do disposto na legislação aplicável, no edital, no contrato e nas normas complementares baixadas pela CONCEDENTE.

6.1.2. A eficiência será caracterizada pela consecução e preservação das instalações constantes do presente contrato e pelo atendimento do usuário do serviço nas condições previstas na legislação aplicável, no edital, no contrato e nas normas complementares baixadas pela CONCEDENTE.

6.1.3. A segurança na prestação do serviço será caracterizada pela utilização dos serviços pelos usuários no âmbito de sua prestação.

6.1.4. A atualidade será caracterizada pela modernidade das instalações e das técnicas de prestação do serviço, com a absorção dos avanços advindos ao longo do prazo da concessão que, definitivamente, tragam benefícios para os usuários, respeitadas as disposições do presente contrato.

6.1.5. A generalidade será caracterizada com a prestação não discriminatória do serviço a todo e qualquer usuário, obrigando-se a CONCESSIONÁRIA a prestar o serviço a quem o solicite, nos termos do presente contrato e de acordo com a regulamentação.

6.1.6. A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso e imediato de todos os usuários, bem como pela observância das obrigações de informar e atender pronta e polidamente todos que, usuários ou não, solicitem da CONCESSIONÁRIA informações, providências ou qualquer tipo de postulação nos termos do disposto no presente contrato.

6.1.7. O atendimento ao princípio da modicidade dos preços praticados será melhor caracterizado pelo esforço da CONCESSIONÁRIA em praticar preços no máximo iguais aos praticadas pelo mercado.

6.2. A continuidade, elemento essencial ao regime de sua prestação, será caracterizada pela não interrupção do serviço.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

6.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá, em hipótese alguma, interromper a prestação do serviço alegando o não adimplemento de qualquer obrigação por parte da CONCEDENTE, não sendo invocável, pela CONCESSIONÁRIA, a exceção por inadimplemento contratual.

6.4. Além do acesso aos dados e informações e do poder de auditar os indicadores gerais e específicos relativos à qualidade na prestação de serviços, a CONCEDENTE poderá avaliar, semestralmente, o grau de satisfação dos usuários com o serviço ora concedido, podendo divulgar os resultados da CONCESSIONÁRIA, abrangendo, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - Atendimento ao usuário, especialmente no que tange à facilidade de acesso, presteza, cordialidade, rapidez e eficácia na resposta a solicitações e reclamações;

II – Preços cobrados;

III - adequação dos serviços oferecidos às necessidades dos usuários.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES CONTRATANTES

7.1. Obrigações da CONCEDENTE:

7.1.1. Entregar o imóvel objeto desta concessão no estado e condições especificados em relatório técnico.

7.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a Autoridade competente para as providências pertinentes.

7.1.3. Notificar imediatamente os concessionários em débito com suas obrigações contratuais por período superior a 15 quinze dias, para que quitem seus débitos. Após 30 (trinta dias) de existência de débitos em aberto, caberá a CONCEDENTE tomar as medidas cabíveis visando à rescisão contratual com a consequente retomada do imóvel, esta última por ato auto executório da Administração.

7.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA

7.2.1. Utilizar os espaços cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pela CONCEDENTE contidas no edital e anexos.

7.2.2. Adequar e equipar o espaço físico com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento, sendo estas apresentadas a CONCEDENTE para aprovação prévia.

7.2.3. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos à CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas.

7.2.4. Pagar a CONCEDENTE pontualmente as mensalidades pela outorga de uso, bem como os tributos, taxas, preços públicos e contribuições incidentes.

7.2.5. Transferir para sua responsabilidade a titularidade das contas referentes ao fornecimento de energia e água no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da assinatura do Contrato.

7.2.6. Arcar com todas as despesas decorrentes de instalação e/ou fornecimento de água, energia elétrica, telefone e de qualquer outro serviço necessário para a utilização do imóvel.

7.2.7. Manter em local de fácil visualização, aviso aos usuários em que conste o nome do órgão fiscalizador dos serviços, bem como o número do telefone a ser contactado no caso de reclamações, qual seja: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OU OUTRA A SER DESIGNADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL.

7.2.8. Cumprir e fazer cumprir as instruções e ordens de serviço determinadas pela CONCEDENTE, respondendo por seus atos e pelos de seus empregados, que impliquem em inobservância deste



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

dispositivo.

7.2.9. Cumprir todas as exigências fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias da União, Estado, Município e demais exigências emanadas de suas autoridades.

7.2.10. Responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONCEDENTE.

7.2.11. Responsabilizar-se por todos os encargos comerciais e financeiros relativos ao desenvolvimento das atividades permitidas, objeto da presente concessão.

7.2.12. Responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e às instalações físicas do imóvel, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias.

7.2.13. A CONCESSIONÁRIA não poderá instalar letreiros ou propaganda na área de concessão, sem prévia autorização da CONCEDENTE.

7.2.14. A execução de música mecânica ou instrumental com a utilização de amplificadores, caixas acústicas ou quaisquer meios eletrônicos de amplificação no imóvel deverá respeitar os limites da legislação em vigor no município. A CONCESSIONÁRIA só poderá promover o uso de música ao vivo ou mecânica, mediante autorização prévia, por escrito, da CONCEDENTE.

7.2.15. Cumprir as normas relativas à legislação ambiental e sanitária em vigor.

7.2.16. A CONCESSIONÁRIA não poderá instalar ou armazenar nenhum equipamento, utensílio ou produto na área externa do QUIOSQUE, salvo aparelhos de Televisão ou quando autorizado pela Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó.

7.2.17. Manter a exploração da atividade comercial, com o funcionamento informado no alvará de funcionamento e localização, salvo nos eventos festivos e Religiosos da Cidade, na qual esses horários poderão ser modificados com anuência expressa da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN.

7.2.18. Após o horário de funcionamento não será permitida a exposição no espaço externo dos espaços físicos públicos licitados de mesas, cadeiras e televisores, tampouco em qualquer horário os móveis e eletrodomésticos utilizados pelos permissionários no desempenho de suas atividades comerciais (freezer, geladeiras, etc.), devendo recolher todo material utilizado, bem como proceder com a limpeza de seu espaço físico interno e externo; não podendo deixar expostos no local, caixas, embalagens ou quaisquer outros objetos que comprometam a boa aparência do local;

7.2.19. Manter o imóvel, objeto desta concessão, em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pela CONCEDENTE e legislação em vigor, sem qualquer ônus para o Município.

7.2.20. Manter as características físicas da construção, submetendo previamente à apreciação e aprovação escrita da CONCEDENTE – que poderá vetar parcial ou totalmente - qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto desta concessão, bem como reforma e/ou alteração compreendendo benfeitorias, decoração, móveis, equipamentos, acessórios de iluminação e outros.

7.2.21. As benfeitorias, manutenção, reforma e reparos aprovados pela CONCEDENTE serão incorporados ao imóvel, à exceção daquelas que possam ser retiradas sem prejuízo para o imóvel, não cabendo à CONCESSIONÁRIA qualquer direito à indenização ou retenção, findo o contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

- 7.2.22.** Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a montagem do espaço, no que se refere a equipamentos, mobiliários, utensílios e vasilhames necessários ao bom funcionamento dos serviços a serem desenvolvidos.
- 7.2.23.** Comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à Legislação pertinente.
- 7.2.24.** Cumprir rigorosamente as normas sanitárias.
- 7.2.25.** Manter em seu estabelecimento alvará sanitário atualizado e registros de inspeção trabalhista, emitidos pelo **Município de Jardim do Seridó/RN** e pelo Ministério do Trabalho, respectivamente, em locais visíveis e de fácil identificação.
- 7.2.26.** Adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pela CONCEDENTE.
- 7.2.27.** Manifestar-se por escrito a qualquer reclamação de usuário que for encaminhada pela CONCEDENTE.
- 7.2.28.** Manter seus empregados devidamente uniformizados e em perfeitas condições de higiene e saúde.
- 7.2.29.** Não será permitida a utilização do bem público concedido para uso diferente do qual foi licitado, garantindo-se as demais exigências pactuadas, sob pena de rescisão do termo contratual.
- 7.2.30.** A CONCESSIONÁRIA fica autorizada a proceder ao abastecimento de produtos para o QUIOSQUE, sendo que os horários a serem estipulados deverão ser previamente programados junto à CONCEDENTE.
- 7.2.31.** A CONCESSIONÁRIA não poderá criar ou alojar animais domésticos no imóvel.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR MENSAL E DO PAGAMENTO

- 8.1.** Pela outorga da concessão de uso, a CONCESSIONÁRIA pagará, mensalmente, o valor de R\$, devendo ser efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao da utilização do respectivo imóvel, diretamente à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação do Município de Jardim do Seridó/RN, mediante a emissão de fatura e/ou boleto bancário.
- 8.2.** Não se incluem no valor disposto no item anterior as despesas decorrentes de instalação e/ou fornecimento de água, energia elétrica, telefone e de qualquer outro serviço utilizado no QUIOSQUE, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA.
- 8.3.** Será de responsabilidade única e exclusiva da CONCESSIONÁRIA arcar com todos os custos relativos aos impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como sobre as atividades econômicas nele desenvolvidas.
- 8.4.** Aos valores em atraso serão acrescidos juros moratórios de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao dia, sobre o montante em atraso, bem como multa moratória de 2% (dois por cento) incidente sobre a mesma base utilizada para cálculo dos juros moratórios.
- 8.5.** As faturas e/ou boletos bancários que não forem quitados até o 5º dia útil do mês subsequente ao da utilização do imóvel, de acordo com as Leis do Direito Comercial, serão encaminhados ao Cartório de Protesto e ao Serviço de Proteção ao Crédito, para as devidas providências, de acordo com a legislação aplicável à espécie.
- 8.6.** Não será admitido, em qualquer hipótese, prazo de carência para efetivação do primeiro pagamento.
- 8.7.** Fica obrigado o concessionário a se dirigir à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação do Município de Jardim do Seridó/RN para retirada tempestiva do Boleto/Fatura a ser pago, em caso de eventual não recebimento do referido documento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

8.8. O atraso no pagamento do preço público (contrapartida) por mais de 30 (trinta) dias gera a rescisão imediata da concessão de uso.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O valor a ser pago mensalmente pela outorga da concessão de uso, será reajustado com base no **Código Tributário Municipal de Jardim do Seridó/RN**, ou por outro índice oficial que vier a ser adotado pela CONCEDENTE, a cada de 12 (doze) meses, tomando-se por base os valores iniciais a serem fixados no contrato de concessão de uso.

9.2. Em caráter suplementar ao reajuste mencionado no item precedente e, objetivando a **s s e g u r a r a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro** do contrato de concessão, o valor a ser pago mensalmente pela outorga da concessão de uso, poderá, sempre de forma motivada e fundamentada em fatos e dados, ser revisado pela CONCEDENTE, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Compete à SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OU OUTRA A SER DESIGNADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL a fiscalização da outorga de uso, objeto deste contrato, em conjunto com a CONCEDENTE, quando necessário.

10.2. Fica a CONCESSIONÁRIA obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a sua realização, facultando o livre acesso a todos os registros e documentos pertinentes, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em transferência de responsabilidade à CONCEDENTE.

10.3. Caberá a CONCEDENTE verificar se estão sendo cumpridos os termos do contrato, o projeto, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

10.4. A fiscalização do contrato será exercida no interesse exclusivo da CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA inclusive de prepostos, por qualquer irregularidade.

10.5. A CONCESSIONÁRIA será avaliada quanto à qualidade, prazo e relacionamento na prestação dos serviços com os usuários.

10.6. A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OU OUTRA A SER DESIGNADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas do contrato, notificará a CONCESSIONÁRIA para que a mesma providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da licitação, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

10.7. O não recebimento intencional de qualquer notificação expedida pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OU OUTRA A SER DESIGNADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL, por parte da CONCESSIONÁRIA será motivo para a caducidade da concessão.

10.8. A responsabilidade pela fiscalização do uso do imóvel público pela CONCESSIONÁRIA será da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OU OUTRA A SER DESIGNADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL, exceto quando se tratar de matéria cuja competência e fiscalização seja privativa de outro órgão da Administração Pública seja ela municipal, estadual ou federal, não podendo ser subrogado a terceiros por mais conveniente que isto seja.

10.9. Compete a CONCEDENTE a fiscalização da fiel execução da reforma/conserto do imóvel, em conformidade com o relatório técnico que integra o edital, podendo impor restrições e alterações, se



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

inobservados os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS

11.1. Em caso de inexecução total ou parcial, atraso na execução ou qualquer inadimplência contratual, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a LICITANTE vencedora estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

a) advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

b) multa:

as multas serão aplicadas, conforme abaixo, limitadas a 10% (dez por cento) **do valor global contratado:**

De 0,00277% (duzentos e setenta e sete centésimos de milésimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor global do contrato, atualizado, quando a CONCESSIONÁRIA, sem justa causa, deixar de cumprir a obrigação assumida e no caso de não atendimento de determinação da fiscalização da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OU OUTRA A SER DESIGNADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONCEDENTE segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONCEDENTE, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONCEDENTE.

11.2. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em multa quando o descumprimento dos prazos estabelecidos resultar de força maior devidamente comprovada ou de instruções da CONCEDENTE.

11.3. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente.

11.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 11.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”.

11.5. É facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c”.

11.6. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 11.1 é de competência do Prefeito Municipal de Jardim do Seridó/RN, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

11.6.1. As sanções “a”, “b” e “c” do subitem 11.1 serão aplicadas pelo Secretário Municipal de Administração do Município de Jardim do Seridó/RN.

11.7. As sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 11.1 poderão ser também aplicáveis à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

12.1. Considerar-se-á extinto o contrato de concessão nas seguintes hipóteses:

I - Término do prazo de concessão do serviço;

II - Caducidade;

III - rescisão;

IV - Anulação;

V - Falência ou extinção da empresa CONCESSIONÁRIA e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual, ou de pessoa física.

12.2. Extinta a concessão, retornarão à CONCEDENTE os direitos e deveres relativos ao uso concedido, com reversão dos bens, sem que caiba ao Concessionário direito à indenização.

12.3. O presente contrato poderá ter sua caducidade declarada por ato do Prefeito Municipal, em nome da CONCEDENTE, precedido de processo administrativo que assegure ampla defesa à CONCESSIONÁRIA, nas hipóteses de:

a) não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

c) inexecuções totais ou parciais do contrato, ensejando as consequências contratuais e as previstas em Lei;

d) atraso injustificado no uso do bem;

e) não utilização do imóvel, bem como a paralisação da atividade comercial sem justa causa e prévia comunicação à Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias;

f) ensejando as, transferência da permissão, locação e empréstimo do bem imóvel, parcial ou total do seu objeto, a associação da CONCESSIONÁRIA com outrem, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta CONCORRÊNCIA;

g) não atendimento às determinações regulares da unidade da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OU OUTRA A SER DESIGNADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL, designada para acompanhar e fiscalizar o contrato, assim como as de seus superiores;

h) cometimento reiterado de faltas decorrentes do uso do bem e exploração da atividade, anotados pela fiscalização da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OU OUTRA A SER DESIGNADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL;

i) decretação de falência ou dissolução da CONCESSIONÁRIA;

j) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONCESSIONÁRIA que prejudique a execução do contrato;

k) quando a CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações nos devidos prazos;

l) transferência irregular do contrato, sem anuência da CONCEDENTE;

m) deixar de exibir anualmente prova de regularidade com a Fazenda Municipal de seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei;

n) não atendimento das exigências de cobertura por planos de seguros em afronta às obrigações previstas neste instrumento e tal omissão não puder, a critério da CONCEDENTE, ser suprida com a intervenção ou quando esta for considerada inconveniente, inócua ou ainda injustamente benéfica à CONCESSIONÁRIA.

12.4. A declaração de caducidade não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis pelas infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA.

12.5. Poderá ser rescindido o contrato por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

descumprimento das normas contratuais pela CONCEDENTE, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

12.6. A anulação será decretada pela CONCEDENTE em caso de irregularidade insanável e grave verificada no contrato.

12.7. Extinta a concessão, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, inteiramente desembaraçado, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REVERSÍVEIS

13.1. Extinto o presente instrumento ou após regular procedimento administrativo e constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá a CONCEDENTE, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, que pertençam à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, contratantes ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

13.2. A CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital de citação, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para a retirada dos bens eventualmente removidos.

13.3. Decorrido o prazo estabelecido no item anterior, sem que os bens tenham sido retirados, ficará a CONCEDENTE autorizada a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição da mesma pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido a Administração concedente.

13.4. Quando advier a caducidade por dolo ou culpa comprovada da CONCESSIONÁRIA, esta acarretará também:

- retenção dos créditos decorrentes do contrato, inclusive com apropriação de receitas decorrentes de pagamentos feitos pelos usuários do serviço;
- responsabilização por prejuízos causados à CONCEDENTE e aos usuários;
- aplicação de multas nos termos do disposto no presente contrato e na legislação vigente;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DESISTÊNCIA DA DELEGAÇÃO

14.1. Havendo desistência da delegação por parte da CONCESSIONÁRIA, o QUIOSQUE, objeto deste contrato, será integrado à CONCEDENTE, sendo vedada a transferência desta concessão, a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jardim do Seridó/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas igualmente signatárias.

Jardim do Seridó/RN), de.....de 2018.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

) ,

P/ Cedente

) ,

P/ Concessionário

Testemunhas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

ANEXO VII - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

TIMBRE DA LICITANTE

Concorrência nº 001/2022
Processo Licitatório MJS/RN nº XXX/2022

CARTA DE CREDENCIAMENTO

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem pela presente, informar que o(a) Sr(a) _____, portador de RG nº ____ (SSP/ ____) e CPF nº _____, é a pessoa designada para acompanhar a **CONCORRÊNCIA Nº 001/2022** podendo para tanto impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim o que preciso for para o fiel cumprimento do presente credenciamento.

Local e data

Nome
CPF nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JADIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Centro de Multiuso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros"]
Pç Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228, Centro – CEP 59343-000 – Fones: (84)3472.3900 – Fax: (84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38 - cpl_js@outlook.com

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022– PROC. ADMIN MJS/RN Nº 117.022/2022

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Concorrência nº 001/2022
Processo Licitatório MJS/RN nº XXX/2022

Atesto, para fins de participação da licitação em questão que a licitante
..... representada pelo(a)
Senhor(a)....., inscrito no CPF sob o
nº _____ vistoriou as instalações físicas que compõem a área de **exploração**
dos espaços físicos públicos (Quiosque), **para a venda de bebidas, alimentos e derivados** pela
Concessão Onerosa de Uso, tomando conhecimento das dificuldades que possam apresentar, bem como
lhe foram prestadas todas as informações referentes às condições de como a exploração comercial será
objeto desta licitação.

Jardim do Seridó/RN, ___ de _____ de 2022

Assinatura do Servidor do Município de Jardim do Seridó/RN

Assinatura do representante da Licitante

LAUDO DE AVALIAÇÃO

IMÓVEL: QUIOSQUE/LANCHONETE DA PRAÇA PÚBLICA PREFEITO MANOEL
PAULINO DOS SANTOS FILHO

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ – CNPJ:
08.086.662/0001-38

VALOR AVALIADO PARA ALUGUEL: R\$ 218,00 (Duzentos e dezoito reais)

AVALIADOR: ANNE MICHELLE FRANCO CARVALHO – CREA: 210305058-4

1. INTERESSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN

2. ENDEREÇO

RUA PRAÇA PREF. MANOEL PAULINO DOS SANTOS FILHO, 228 – CENTRO – JARDIM DO SERIDÓ/RN

3. OBJETIVO E FINALIDADE

Determinar o valor de mercado para fins de aluguel do referido imóvel, sendo este a ser utilizado para comércio.

4. CONHECIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO (disposto em 7.2 da ABNT NBR 14653-1)

5. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO BEM AVALIANDO (disposto em 7.3 da ABNT NBR 14653-1):

Um prédio público para funcionamento de quiosque/lanchonete na Praça Pública, composto de cozinha, banheiro e terraço (área comum), totalizando um imóvel com área coberta total de 18,60m², situado na Praça Pública Prefeito Manoel Paulino Manoel dos Santos Filho, Zona Urbana do município de Jardim do Seridó/RN.

5.1	TERRENO	
	ZONA:	Urbano
	FORMATO:	Regular
	ÁREA COBERTA:	18,60m ²
	ÁREA DO TERRENO:	xxx m ²
	* VALOR	R\$ 218,00

6. DIAGNÓSTICO DO MERCADO (disposto em 7.7.2 da ABNT NBR 14653-1):

O imóvel avaliado está localizado em região central do município, próximo a Bancos, Escolas e mercado. As proximidades possuem infraestrutura pública tais como, rede de energia elétrica, água encanada, rede de telefone e vias de acesso pavimentada.

7. ESPECIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO:

Neste trabalho foi utilizado as Normas Técnicas NBR 14.653-1 (Procedimentos Gerais) e NBR 14.653-2 (Imóveis Urbanos), utilizando as Metodologias: Método Comparativo Direto de Dados de Mercado para avaliação dos imóveis.

Essa avaliação foi fundamentada nos valores dos contratos administrativos nº 027/2018 e nº 028/2018, que fazem parte do PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN Nº

305.182/2018. os quais apresentam as mesmas características do imóvel avaliado neste laudo.

8. DATA DA VISTORIA:

Vistoriada no dia 25 de novembro de 2021.

9. AVALIAÇÃO:

9.1.1 – VALOR DO ALUGUEL:

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 218,00 (Duzentos e dezoito reais).

*** Este valor pode variar em torno de 10% (dez por cento), ou seja, entre R\$ 196,20 a 239,80.**

Jardim do Seridó-RN, 23 de dezembro de 2021.

ANNE MICHELLE FRANCO
CARVALHO:02368418407

Assinado de forma digital por
ANNE MICHELLE FRANCO
CARVALHO:02368418407
Dados: 2021.12.24 11:52:24 -03'00'

ANNE MICHELLE FRANCO CARVALHO
CREA: 210305058-4
CPF: 023.684.184-07